

OFENSIVA PRESIDENCIAL/ÍNTGRA

“Funcionamos de acordo com o previsto”

Esta é a íntegra do pronunciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso:

“Em primeiro lugar, como anda a economia do Brasil nessa altura do ano, depois de sete meses de 95, dentro do meu governo? A inflação, pelo que nós vamos ver aqui no quadro no quadro, mostra uma evolução que é muito satisfatória do ponto de vista do seu controle. Isto aí é a inflação feita por trimestre. E vocês podem ver perfeitamente como houve uma queda brusca e como ela se manteve estável em baixa. O Índice de Preços ao Consumidor, dá FIPE, da segunda semana de agosto, caiu de 3,38 para 2,68.

Na verdade, se forem verificados os dados dos primeiros sete meses deste ano, a inflação acumulada foi de 12,5% em sete meses. Isto é a inflação mais baixa em sete meses desde 1973. Quanto ao objetivo de estabilização, não há dúvida nenhuma de que nós estamos funcionando de acordo com o previsto. Caimos de uma inflação potencial, acima de 5.000% no ano passado, para uma inflação mantida, mantidas as expectativas para o segundo semestre deste ano, de 2% ao mês, ou abaixo de 2%. Nós não vamos ultrapassar 24,25% nesse ano. É uma queda consistente porque está se mantendo de uma maneira estável.

Isso teve efeitos, naturalmente, sobre a renda, sobretudo sobre a renda da população que recebe menos no Brasil. E isso é um dado importante. Se pode verificar aí claramente quando se faz uma relação entre a cesta básica e o salário mínimo. Veja que em julho de 94 o salário mínimo comprava 65% da cesta básica. Vou verificar que agora, em maio de 95, a capacidade de compra aumentou consideravelmente.

Portanto, não só houve um aumento real do salário, como isso se expressa diretamente naquilo que é fundamental para quem recebe salário mínimo, que é a cesta básica. Isto é importante notar. Nós, através desse plano de estabilização, automaticamente estamos cuidando do social no aspecto geral. Por quê? Porque se aumentou vigorosamente a capacidade de compra das populações de mais baixa renda.

Eu não quero cansá-los com dados, mas há dados abundantes que mostram, na verdade, que os itens de consumo popular continuam em expansão. Então, houve uma distribuição no perfil do consumidor, embora algumas categorias sociais possam ter, não digo seu consumo, mas suas expectativas de consumo nas camadas mais altas restringidas. A verdade é que o povo está comendo melhor, está conseguindo se vestir um pouco melhor, porque tem um efeito positivo. E mais ainda: essa estabilização e esta distribuição de renda, repito a maior distribuição de renda possível já havida na história do Brasil, pois bem ela veio também acompanhada de um crescimento do produto interno bruto: um crescimento muito interessante porque, para 95, a economia cresceu 8% no primeiro semestre, comparado ao primeiro semestre de 94.

Então houve crescimento da economia, melhoria da distribuição de renda e a inflação continuou baixa, exatamente como desde quando eu era ministro da Fazenda e nós dizíamos que aconteceria. Apesar das insistentes observações daqueles que não acreditavam na estabilização, de que haveria recessão, de que haveria desemprego, de que haveria perda de capacidade aquisitivo do trabalhador, foi o oposto p que aconteceu. O fundamental, para nós divisarmos o futuro, é ver a taxa de investimento. E ela continua crescendo. Eu devo dizer que esses dados não permitem verificar a taxa de crescimento em anos anteriores, onde se veria que nós já chegamos a níveis bem melhores do que os atuais. Mas a verdade — me refiro a décadas passadas —, a verdade é que aí está claríssimo que nós retomamos os investimentos e que, portanto, nós temos uma perspectiva de futuro.

Nós estamos nos aproximando de novo — eu não enxergo bem daqui — a 17, 18,5% do PIB. Nós vamos ver que o investimento público caiu dramaticamente no Brasil, e o investimento estrangeiro também tinha caído. Nós estamos recuperando, e é fundamental que se recupere com velocidade essa taxa de investimento, que é isso que vai assegurar o fundamental, que é o emprego.

Vejam a taxa de desemprego, taxa média dos últimos doze meses. De novo o primeiro semestre de 95 foi o mais baixo índice de desemprego de que nós temos registro. Então no global houve aumento de emprego, expansão de emprego, e no global também isso se explica porque houve aumento da taxa de investimento. Isso não quer dizer que não haja problemas, de que num ou noutro setor não haja eventualmente desemprego; que num ou noutro setor não haja problemas para o empresário, porque há, que uma outra categoria da sociedade não esteja se sentindo prejudicada, porque está, que não haja problema na agricultura, que não haja problema na indústria de autopeças.

Há problemas. E o governo está atento, está ajustando, mas, no global, o Brasil tem rumo e o rumo está sendo expressado aí por esses dados com muita tranquilidade, com muita clareza. E devo dizer que nós conseguimos afastar o fantasma de uma crise cambial, como no início do ano poderia parecer, em função da questão que ocorreu no México. E afastamos o risco do aumento da inflação.

Nós conseguimos, neste ano, não apenas manter os objetivos centrais do plano de estabilização, do plano real, como conseguimos também evitar algumas ameaças que vieram de fora, do sistema internacional, e que poderia ter como consequência a retomada da inflação e uma crise cambial. Eu peço que mostrem aí os gráficos sobre a balança comercial, aí estão, vão verificar que o saldo da balança comercial, que vinha sendo apertado desde antes, podem verificar que já vinha desde antes uma perda na balança comercial, desde o ano passado, outubro mais ou menos. Nós vamos verificar em novembro, dezembro, com mais força, e agora em julho nós recupera-

mos. E só não tivemos uma recuperação mais forte em junho porque houve uma importação forte de petróleo e os efeitos das medidas sobre os automóveis não tiveram tempo de se fazer sentir. Daqui por diante a recuperação vai se fazer sentir com mais clareza. Evidentemente, isso tudo significa que nós temos uma economia com horizonte definido. O governo controla a situação, sabe o que deseja, o Brasil respaldado o que o governo está propondo e nós estamos fazendo com que a economia e a sociedade criem condições de um futuro mais estável e melhor.

As taxas de juros já estão baixando. E os compulsórios já estão sendo afrouxados, porque eram medidas transitórias, que foram tomadas para justamente obter os resultados que eu estou mostrando hoje. A a gritaria a respeito, que já haver recessão, a taxa de juros está na Lua, embora a gente entenda as razões delas, pelos setores diretamente afetados, não é suficiente para mostrar outra coisa, senão de que o governo atuou e que se houve uma freada no crescimento econômico esta freada foi feita conscientemente. Quem tem a capacidade de frear também tem a capacidade de frear também tem a capacidade de, no momento adequado, ajustar de tal modo que nós retomemos no ritmo que nós parece o ritmo mais adequado.

Nós precisamos continuar criando condições para um crescimento sustentado, isto é, um crescimento que não faça um zigzague — um ano cresce, um ano cai, tem recessão, tem crescimento, stop and go, como se dizia na Inglaterra com relação à inflação. Aqui não é esse o processo. É um processo diferente, é um processo no qual nós prestamos atenção às condições de crescimento e agora estamos com muita nitidez vendo que é necessário um esforço adicional, porque nós não queremos simplesmente estabilizar a economia. Nós nos satisfaz apenas dizer que efetivamente a camada de mais baixa renda já tem condição um pouco melhor de vida. Nós precisamos agir muito fortemente na área social para que eu possa cumprir as promessas de campanha. No que diz respeito a emprego estamos procurando manter e estamos atentos a isso. A questão da agricultura, da mesma maneira, tem todos os percalços, mas o governo está enfrentando. A questão da educação, da saúde, da segurança, isso tudo requer recursos fiscais para que nós possamos levar adiante como vamos levar.

No mês que vem vou falar sobre as reformas sociais, para que nós possamos levar adiante essas reformas sociais dentro de um crescimento sustentado. É nesse contexto que o governo está propondo ao Congresso as reformas. E eu queria falar um pouco sobre essas reformas. Primeiro a reforma tributária. Vou falar muito rapidamente porque o Brasil já sabe qual é a situação atual, e nós podemos ver por aí a carga tributária tem aumentado. Eu vejo pouco daqui, mas aí se vê também no gráfico sobre a partilha da receita disponível, que a União perdeu receita em termos proporcionais. Esse é um fato indiscutível. Os dados vão ser distribuídos aos senhores e vão ver que a União vem perdendo, proporcionalmente, receitas.

O que é mais dramático é que a parte da receita da União que é disponível diminuiu e diminuiu dramaticamente. Por isso nós propusemos o Fundo Social de Emergência em 94 e estamos propondo ao Congresso a continuidade desse fundo, sem o qual nós não teremos recursos para administrar o Brasil. Vejam lá, a renda disponível para 95 é de 4,3 bilhões; realmente, é uma coisa muito pequena. Ali está, 4,3 bilhões de reais. Por que isso? Pelo já sabido, porque, na verdade — me refiro a décadas passadas —, a verdade é que aí está claríssimo que nós retomamos os investimentos e que, portanto, nós temos uma perspectiva de futuro.

O gráfico é muito claro. E se vêem quais são as despesas que incidem sobre pessoal e Previdência. Grosso modo, vê-se que a parte de pessoal e Previdência é 32 e 30,6% das despesas. Vejam que realmente ali há um outro dado muito interessante entre o pessoal ativo e inativo, onde se vê um crescimento grande de pessoal, um peso grande dos inativos no conjunto dos gastos e um aumento muito grande dos gastos da Previdência. Praticamente o Orçamento da União, os impostos que o País inteiro paga, que os contribuintes pagam, vão ser usados para pagar pessoal. Grosso modo, um terço da receita da União vai para pessoal e para gastos previdenciários.

Depois eu farei alguns comentários sobre essa matéria, mas o que sobra, realmente, depois das transferências constitucionais, é muito pouco. É impossível administrar o Brasil de uma maneira adequada com essa quantidade de recursos disponíveis.

Quero esclarecer, também, um dado que aí, eventualmente, não está aparecendo. Hoje eu vi num jornal, atribuído a um assessor da Câmara, que nós gastaríamos 60% dos recursos em pagamentos de serviço da dívida. Não é verdadeiro. O pagamento de serviço da dívida é, grosso modo, cerca de 15 bilhões de reais sobre 111 bilhões do Orçamento global. E, esses 15 bilhões, em termos efetivo de caixa, na verdade são cerca de 9, porque há também as rendas que as reservas asseguram ao Brasil.

É preciso não confundir, porque ouço isso com muita frequência. Esse dado não é verdadeiro. É muito alto. Não estamos contentes por pagarmos 9 bilhões, mas, de qualquer maneira, eu vejo sistematicamente afirmações que não têm a menor base. É preciso de reduzir o serviço da dívida. Mas na verdade também não vai resolver porque os dados continuam muito apertados. Diante disso, para que nós possamos ampliar os gastos na área social, nós temos efetivamente que partir para uma reforma tributária e estamos enviando essa reforma tributária esta semana. Quais são os objetivos dessa reforma tributária? Aí estão os objetivos, claramente. É a simplificação do sistema tributário, ou seja, quanto possível transferir para a lei complementar medidas que hoje estão engessadas na Constituição. O combate à sonega-

ção e a promoção da justiça fiscal. Isso requer a possibilidade de requisição de dados bancários, o fechamento das brechas do ICMS, a redução do tributo da cesta básica, o fortalecimento dos impostos diretos, a transferência do ITR para os Estados, para que nós possamos penalizar melhor as terras improdutivas. E é preciso, sobretudo, buscar o item que está ali: melhoria da competitividade do parque produtivo; ou seja, eliminação de impostos que incidem sobre as exportações e sobre os bens de capital. E nós temos também que apoiar a expansão e a modernização da produção pecuária, dando um tratamento especial aos insumos para a agropecuária em termos tributáveis.

Isso requer também uma certa harmonização fiscal em todo o território brasileiro, de modo que todas as alíquotas dos novos impostos, que já vou me referir, serão uniformes, por mercadoria ou serviço em todo o território nacional.

Existem algumas medidas que têm aplicação imediata e aí estão: eliminação da incidência do ICMS sobre as exportações de produtos primários e semi-elaborados, a desoneração dos bens de capital, máquinas e equipamentos que são indispensáveis à modernização do nosso parque produtivo e aos investimentos. A isenção de insumos utilizados na agropecuária e a redução do ICMS da cesta básica de alimentos.

Isso não é, de imediato, uma reforma constitucional porque isso requer naturalmente uma negociação a nível de Estados. Mas na medida em que nós fazamos, como vamos fazer, e o Congresso espero que será sensível a isso, um grande esforço de redução de impostos nessas matérias fundamentais, é claro que nós vamos ter que compensar os Estados se algum Estado, por exemplo, por eliminação do imposto de exportação, tiver prejuízo.

Da mesma maneira, vamos ter imposto de importação, de tal maneira que nós vamos acabar com a desigualdade entre o produto importado e o produto que é produzido no Brasil. Os Estados vão ter acesso a essa compensação. Eles vão ter a disponibilidade de utilizar o Imposto Territorial Rural também para compensá-los. Com o fechamento das brechas que hoje existem no ICMS nós vamos naturalmente conseguir com que haja maior arrecadação.

Já está anunciado pelos jornais, é verdadeira, qual vai ser a mecânica desse novo tributo, que é um tributo que vai significar o seguinte: extinção ou a assunção do IPI pelo ICMS. O ICMS incidirá pela mesma base tributária com duas alíquotas — uma alíquota federal e uma alíquota estadual. As alíquotas serão iguais do modo como vão ser arrecadadas. A máquina federal se mantém e a estadual também. E vou convergir, vou cooperar. Isso vai obrigar a um esforço de integração dessas máquinas. E, ao invés de uma dar as costas para a outra, ao contrário, essas máquinas vão servir para, juntas, incidir sobre as mesmas bases aumentar a arrecadação, porque vai aumentar significativamente a fiscalização.

Nós vamos manter a autonomia estadual para a administração desse imposto, mas nós vamos, naturalmente, simplificar muito o sistema na medida em que nós teremos, ao invés de ter IPI e ICMS, vamos ter só ICMS, uma alíquota federal, uma alíquota estadual. Os que entendem de sistema tributário sabem que isso vai apontando progressivamente para o futuro, quem sabe, poder se incorporar mais impostos para simplificar ainda mais a partir desta visão.

A base desse novo imposto é idêntica a do ICMS. Inclui mercadorias, serviço de comunicação, de transporte interestadual e intermunicipal. As alíquotas serão uniformes em todo o território nacional e as estaduais serão fixadas pela maioria de 3/4 do Senado. E todas as importações serão tributadas e todas as exportações serão desoneradas do tributo.

Isso é matéria árdua, técnica, diz respeito a como é que se vai aumentar a arrecadação, como se vai atuar de modo, e é insistido nesse ponto, em que essas propostas constitucionais não afetam a distribuição proporcional nem nós queremos que afete entre Estados, municípios e União. Ela será neutra em seu efeito e se algum efeito negativo houver haverá uma compensação para que se possa sanar essa dificuldade.

Mas nós não podemos só pensar nesses termos. Além das iniciativas que há na Câmara e algumas que são complementares a essas reformas em termos de ICMS, de vários deputados e que estão sendo coordenadas na subcomissão da Comissão de Finanças da Câmara, nós enviaremos, agora em agosto, uma nova legislação sobre o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas.

Eu insisto em que normalmente os governos enviavam seus projetos em dezembro, não dando tempo a uma reflexão maior, era tudo votado a toque de caixa e não havia um propósito senão cobrir deficiências da receitas do governo.

Dessa vez, não. Dessa vez nós partimos do seguinte: o sistema é complexo, ele é bastante até mesmo confuso, requer muitos registros, uma burocracia pesada nas empresas e acontece que, como consequência de tudo isso, na verdade, embora as alíquotas tenham aumentado, a verdade é que a massa de recursos arrecadada através de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica caiu.

Nos anos 70, era um 1,66% do PIB. Nos 80, 1,38%, e nos 90, 1,27%. Ou seja, nós estamos fazendo um sistema complexo do qual resulta, na verdade, não aumento da arrecadação. Aumentamos a alíquota e não aumenta a arrecadação. Então o governo resolveu enfrentar esta questão.

Das 4 milhões de empresas registradas, apenas 750 mil recolhem Imposto de Renda. De 4 milhões, 750 mil recolhem Imposto de Renda. E como o imposto vem caindo, daí esses dados que, de vez em quando, desaparecem por unidade de empresa. Não chega a mais do que R\$ 600, algo assim, menos de R\$ 700.

Não quer dizer que as empresas grandes paguem 700 por mês, claro. É que as em-

presas, no seu conjunto, a maioria desses 4 milhões, não paga. Então as que pagam, pagam bastante. Mas, na média, dá uma arrecadação muito baixa per capita. E apenas 500 empresas respondem por 50% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. Nós vamos simplificar de uma maneira muito forte esse mecanismo.

Nosso objetivo é que a alíquota máxima, que hoje é de 43%, essa alíquota não seja superior a 30%. Me refiro à alíquota máxima. Nosso objetivo é Esse. Mas para chegarmos a isso estamos tomando várias medidas. Primeiro lugar, além disso, nós queremos dar ao capital de risco o mesmo tratamento dado ao capital de empréstimo, ou seja, permitir a dedução de lucros e dividendos do resultado da empresa, assim como ocorre nas deduções dos juros. Isto é muito importante.

Nós estamos saindo de um capitalismo especulativo, em que não havia senão a vantagem à especulação, para uma outra forma de organização da economia em que o setor produtivo possa ser compensado pelo capital de risco. Não há porque deduzir quando se paga juros e quem não paga juros não tem a mesma vantagem daquele que paga juros. Também vamos procurar uma neutralidade no que diz respeito ao capital estrangeiro e ao capital nacional, não discriminando-os, e nós vamos ter que ajustar todo o sistema fiscal à estabilização da economia.

É preciso, para isso, chegar à extinção da correção monetária para fins fiscais. Isso é um ponto importante. Eu cansei de ouvir discursos dizendo que nós estávamos desindexando o salário e não o capital; não é verdade. Nós estamos desindexando tudo. E por isso nós estamos insistindo tanto e que é importante que o Congresso preste atenção quando for votar a MP relativo aos salários. Nós estamos acabando com a inflação. Mostrei os dados. Nós temos um horizonte de investimento. Mostrei os dados. Nós temos condições de expansão de crescimento econômico. Estamos num momento, portanto, de levar a economia do País a uma indexação global. Nós já começamos a modificar nas taxas de juros, nos fundos que foram criados pelo BC, pelo Conselho Monetário Nacional, para dar tratamento diverso ao curto prazo, ao médio e ao longo prazo, no que diz respeito a remuneração. Nós estamos acabando com a valorização diária que existia dos ativos financeiros. É muito importante que, agora, também se estenda esse mesmo procedimento à questão fiscal porque senão nós vamos dar uma vantagem imensa realmente através da dedução via chamada correção monetária ao capital em detrimento do objetivo, que é o objetivo de assegurar a desindexação e a estabilização da economia.

Se conseguirmos isso — estamos analisando juridicamente a questão — aí sim, nós podemos, como disse, reduzir muito fortemente as alíquotas do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. E também nós vamos reduzir a dedutibilidade ou mesmo eliminar, de certas despesas — que são benefícios para os escalões mais altos dos executivos das empresas — viagens, hospedagens, representações, que tudo isso acaba sendo uma maneira de evadir o IR. Ou seja, o governo está dando o mesmo tratamento igualitário, está dando a parte fiscal e a parte de ganho de capital, de juros, e a parte relativa à questão dos salários. Nós estamos preparando o País para uma economia estável e não inflacionária. Isso é fundamental. Tenho certeza que o Congresso, ao receber essa proposta, vai melhorá-la, vai perceber a importância de tudo que está acontecendo no Brasil, as reformas que já estão em marcha, e nós todos temos que ter consciência de que não é um ato de governo, não é uma medida que vai para o Congresso apenas, é um processo.

Isso vem de algum tempo, de alguns meses ou até, talvez, mais de um ano, porque nós estamos preparando o Brasil para esse processo de estabilização de crescimento sustentado para que nós possamos realmente avançar mais. Dito isso, a reforma tributária eu também quero dizer o seguinte: nos preocupa enormemente, e sobretudo os governadores e prefeitos, a reforma administrativa. Por quê? Porque não há reforma tributária capaz de gerar recursos para fazer frente a gastos crescentes com pessoal, sobretudo inativo.

Um dos governadores que se reuniu conosco, semana passada, disse que a folha de salário do seu Estado cresceu vegetativamente 3% ao mês. Anualizado e um sobre o outro dá 45% ao ano. Como é que se vai gerar receita de 45% adicional ao ano? É inviável. Marcha-se para uma crise fiscal. Não foi só um governador que disse isso. Quase todos disseram isso. Disseram mesmo que é mais importante a reforma administrativa do que a reforma tributária. A reforma tributária, como eu mostrei aqui, é um começo, mas não é um começo complacente, não é um começo que não tenha efeito, não é um começo tímido, é um começo que abre portas efetivas para mudanças de mentalidade no que diz respeito ao sistema fiscal brasileiro.

Faremos também algumas reduções de dispêndios, mas são mais técnicas essas propostas, eu não quero discutí-las agora. Mas a questão de pessoal, os governadores e prefeitos reclamam muito porque eles não têm como fazer face ao crescimento da folha. E mais ainda: houve um governador que me disse que ele tem um funcionário que ganha 4 mil reais e que ao se aposentar vai passar a receber 19 mil reais. Nós vamos ter que enfrentar essa questão, na reforma administrativa e na reforma previdenciária. Na reforma administrativa, como eu já disse aqui, o gasto de pessoal corresponde a um terço da União. Existe uma limitação dada hoje, uma lei complementar da Constituição que põe um tope no que é possível gastar com pessoal. Muitos Estados ultrapassaram esse tope. Não tem como realizar o imperativo constitucional se nós não adequarmos a legislação a essas exigências constitucionais.

Nós temos situações em que não só mu-

to mais do que um terço que se gasta com pessoal, muito mais em muitos Estados, chega a 70%, 80% se aproximando alguns casos de 100%, como nós temos muitos casos, no geral, uma pessoa na atividade para outra na inatividade. Este é um limite que já está chegando ao esgotamento das possibilidades do Estado brasileiro nos seus três níveis. Daqui a pouco vamos ter, para cada dois funcionários em atividade, um em inatividade. A União gasta, esse ano, cerca de 37 bilhões de reais, ou seja, 40 bilhões de dólares com pessoal. Entre funcionários ativos e inativos de administração direta nós devemos ter um milhão e 100 mil pessoas. Metade, 570 mil, mais ou menos, funcionários em atividade. Não é tanta gente, mas na inatividade, pelas regras brasileiras, o funcionário ganha em média mais do que quando está em atividade.

Nos próximos cinco anos têm possibilidade de se aposentar cerca 35 a 40% dos funcionários da União. Aí nos vamos estar numa situação de insolvabilidade. Cabe ao governo da República, responsabilmente, propor medidas para fazer frente a isso. Os governadores nos pediram e nós vamos enviá-las. Eu direi, apenas de passagem, algumas dessas medidas, mas a situação é de injustiça social. Inclusive porque os inativos da União ganham mais do que todos os aposentados do INSS. Ou seja, a massa de trabalhadores brasileiros não tem esse mesmo tratamento. Há uma injustiça social aqui. Esta situação grave nos leva, portanto, a combater privilégios. Como fazer isso? Eu quero repetir com toda tranquilidade: eu não tenho a visão, nem o governo tem, no que diz respeito à União, de que nós tenhamos um funcionalismo excessivo. Não. Há até falta de pessoal em muitos setores. Há inchaço noutros setores. Eu não tenho a opinião de que esse funcionalismo não precise de carreiras, de que não precise de melhores salários, porque o que é mais dramático é que o dispêndio enorme e o salário de cada um não é tão grande, e em muitos casos é até muito pequeno, muito baixo. Por quê? Porque há privilégio, porque há o peso dos inativos, porque há os pensionistas que são descendentes dos que trabalharam, tudo isso faz com que a massa de recursos seja enorme, mas que cada funcionário não ganha bem, ao contrário, ganha mal.

Nós temos que, progressivamente, corrigir para criar carreiras melhor remuneradas, um pessoal mais treinado. Não se trata de passar um rolo compressor sobre os funcionários, de perseguir funcionário, de dispensar em massa, nada disso. Na União isso não é necessário. Agora, nós precisamos ter regras mais adequadas para acabar com certos privilégios e sobretudo revisar certos conceitos. Por exemplo, existe um conceito relativo a questão do regime jurídico único, que na verdade o propósito era o melhor possível e teve como resultado uma deformação flagrante, qualquer aumento que se dê num pedacinho no setor público se generaliza para todos e se mantém as desigualdades internas. Ninguém reduz. Todo mundo fala em distribuir a renda, mas quando se fala em redistribuir a renda quer se manter a diferença de nível de renda e para distribuir a renda sem aumentar enormemente o produto não é possível manter as diferenças entre nível de renda para melhorar os de baixo tem que segurar um pouco os de cima.

Nós vamos ter que enfrentar essa questão. Vamos ter que enfrentar um tabu que se chama estabilidade. O funcionário, como trabalhador, como cidadão, ele precisa ser bem considerado. Ele merece condições de trabalho, ele não pode ter o seu futuro a mercê discricionária de um governante. Mas não é possível também que o governo não tenha condições, quando se torna desnecessária a utilização de certo tipo de funcionário, de que algum mecanismo que preserve a sociedade de um gasto inútil. Então nós precisamos criar, dentro do conceito de estabilidade, não é acabar com a estabilidade, é defini-la de uma maneira mais adequada. Há a possibilidade de hoje, na Constituição, de demissão, mas em dois casos. É preciso haver uma regra específica. Um caso diz respeito ao funcionário, e se ele não for competente, vai ser estável? Porque a sociedade há de pagar eternamente. Aí dirão quem julga a competência e têm razão, quem defende o funcionário tem razão, nós vivemos num Estado de direito. Ele tem direitos. Então, não se trata de uma dispensa arbitrária, tem que haver um mecanismo de julgamento em que ele se defenda. Segundo lugar, mesmo que ele seja, digamos incompetente, ele é um ser, um cidadão, um ser social, o Estado tem que fazer como a empresa privada, tem que ter mecanismos de ressarcimento, tem que ver dentro de que condições poderá eventualmente pô-lo em disponibilidade, quais são as regras de disponibilidade proporcional ao tempo de serviço, algum mecanismo de flexibilidade.

Por outro lado, é preciso também que haja mecanismos de extinção de cargos. Sempre pedindo às câmaras de vereadores, sempre pedindo às assembleias, sempre pedindo à câmara, para evitar o quê? O arbítrio. E quando se tiver, por alguma razão, que diminuir a máquina, que há de ser enfrentada a questão, não é diminuir hoje para nomear amanhã os apadrinhados políticos. Não. Extingue-se o cargo e não se pode nomear.

Mas algumas medidas nessa direção, de refazer o sistema jurídico, de mostrar que há uma diversidade, por exemplo, os militares e civis, para dizer mais claramente, por exemplo carreiras típicas de Estados, como juízes, como professores, como os diplomatas que exigem certas garantias diferentes daqueles que são do regime mais concêntrico com a legislação trabalhista, tem que haver, e nós vamos propor nessa direção, e temos o apoio aberto, explícito, nítido dos governadores.

Não se trata, portanto, e está longe de mim uma atitude de arrasar quem quer se seja, mas de firmeza sim. Porque eu não fui eleito presidente da República para ser complacente com as coisas que

são equivocadas, com os privilégios, com as desigualdades. E isso nós vamos marchar nessa direção.

Finalmente, eu quero também enfatizar a importância da reforma previdenciária. Já está lá no Congresso, nós estamos discutindo. Não está lá para ficar morta nas prateleiras. Está lá para ser levada adiante, com a abertura que o governo democrático deve ter sempre. A sociedade e o Congresso são partes constitutivas de um processo de mudança. O Executivo não presume ter toda a verdade encerrada nos seus atos. Está aberto à discussão, racional. Está aberto à negociação pública. Mas não está, de forma nenhuma, cruzando os braços, nem vai cruzar os braços. Nós vamos continuar mudando o Brasil. Vamos continuar mudando o Brasil do a quem doer. As incompreensões podem existir, as más apreensões dos momentos podem acontecer, mas o governo não muda o rumo.

O rumo foi dado. Eu mostrei nos quadros. Nós sabemos o que estamos fazendo. A sociedade sabe que é assim. E nós vamos continuar assim. A Previdência vai ter que ser modificada. Porque ela é injusta. Há uma proporção muito pequena dos que controlam uma massa enorme de recursos, em comparação com uma massa imensa de trabalhadores, que não têm uma aposentadoria digna. E nós não podemos deixar de prestar atenção a isso.

Do mesmo modo que na questão da aposentadoria do serviço público, sobretudo em alguns municípios, eles não têm sequer as caixas de compensação, para capitalizar e para amanhã poder pagar a aposentadoria. Tudo isso vai acabar no Tesouro. Não é justo. Não é justo que toda sociedade trabalhe, o Estado extraia recursos através dos impostos, e isso seja distribuído de uma maneira que não é mais consentânea com o ideal de equidade.

Não se trata de fazer a reforma pelo amor a perseguir a quem quer que seja. Mas se trata de levar o País não só a ter mecanismos mais racionais mas, sobretudo, mais justos, com menos privilégios. Tem razão os trabalhadores quando discutem — e vieram a mim várias vezes, para dizer: “Presidente, nós estamos de acordo com a reforma, desde que seja contra os privilégios.” Estamos dispostos a discutir, nessa perspectiva. Qualquer tópico, inclusive de tempo de serviço. Qualquer tópico. Mas nós não podemos parar aquilo que é hoje o mandato que o presidente tem desse País, que é continuar as reformas.

E chamo a atenção que isso não depende de reforma constitucional, mas o governo está empenhado na criação de fundos de pensão que seja capitalizados. Por quê? Para que nós possamos aumentar a taxa de investimento, como foi mostrado aqui, e nós precisamos aumentá-la. Nós precisamos de recursos próprios. Não vai bastar o recurso que vem de fora, com o investimento estrangeiro, que está crescendo bastante. Nós vamos precisar de recursos próprios.

Quando está havendo agora a privatização, eu me recordo de que se criticava: “Ah, vou desnacionalizar a indústria brasileira.” Não houve um só caso de desnacionalização. Até lamentamos que não haja vinda de mais capital estrangeiro, espero que venha. Mas o que aconteceu foi que os fundos de pensão das estatais, juntamente com o capital nacional, permitiram a privatização. Imaginem os senhores se nós tivéramos mecanismos para que o conjunto da população, na complementação da suas aposentadorias — e é claro que num país de pobreza como o Brasil, o Estado nunca deverá se desobrigar de uma base de sustentação da aposentadoria — mas a complementação, ao invés de ser feita via Tesouro, privilegiando alguns, sem que ninguém saiba, vier a ser feita pela cotização de cada um de nós, em fundos de pensão.

Nesse momento nós disporemos de — eu vou dizer um número forte, os ministros não vão tremer — centenas de bilhões de reais. Porque nós temos, com a capitalização existente, cerca de 30, 40 bilhões de reais dos fundos de pensão das estatais. Se nós generalizarmos isso, teremos centenas de bilhões de reais, que assegurarão o quê? O crescimento da economia brasileira, de forma permanente, contínua, sustentada.

Esses são os objetivos da reforma. Nós não estamos reformando por amor a mudar as coisas. Nós não somos constituintes, nós não estamos querendo mudar toda a Constituição. Nós vamos respeitar ao máximo os direitos, porque a Constituição assim manda e é dever nosso. Mas nós não vamos parar. E não vamos parar porque estão ligadas as coisas, a reforma se faz para a continuidade daquele quadro que eu lhes apresentei aqui, que apesar das dificuldades típicas o governo tem confiança, certeza de que tem condições de levar adiante o seu programa de transformações do Brasil, no plano econômico, generalizando o bem estar social da população.

Eram essas as palavras que eu queria trazer, ao lhes dizer que estamos enviando, esta semana, a reforma tributária e a reforma administrativa. Se possível, ainda no mês de agosto, vamos mandar o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, e em seguida, da Pessoa Física. E aí, sim, a população vai sentir mais diretamente o benefício da diminuição das alíquotas, desde que nós consigamos, como estamos fazendo um grande esforço, que haja compreensão por parte de toda a sociedade, inclusive dos tribunais, na questão de que é indispensável desindexar, desindexar para valer. E que o Congresso vote a Medida Provisória de desindexação do salário, na confiança de que não é só salário, é tudo, é um Brasil sem inflação. Um Brasil onde as mízelas vão aparecer mais facilmente, mas onde, também, as virtudes de quem trabalha, de quem se organiza, de quem tem racionalidade, de quem prevê, vão dar resultados mais satisfatórios.”